

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL-UAB

CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE

EDIVILMA SANTANA DE LIMA

**PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: TEORIAS, NORMAS E FORMAÇÃO DOCENTE**

SANTA RITA -PB

2021

EDIVILMA SANTANA DE LIMA

**PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: TEORIAS, NORMAS E FORMAÇÃO DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Professora Dra. Ana Luísa Nogueira de Amorim e a Professora Dra. Aline de Moraes Limeira. Como requisito de avaliação da unidade do componente curricular TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II. Curso de Licenciatura em Pedagogia, Modalidade a Distância.

SANTA RITA -PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732p Lima, Edivilma Santana de.
Práticas de alfabetização nos anos iniciais do ensino
fundamental: teoria, normas e formação docente /
Edivilma Santana de Lima. - João Pessoa, 2021.
62 f.

Orientação: Aline de Moraes Limeira.
TCC (Graduação) - UFPB/CE.

1. Alfabetização. 2. Formação docente. 3. Ensino
fundamental. I. Limeira, Aline de Moraes. II. Título.

UFPB/CE

CDU 373.3(043.2)

PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: TEORIAS, NORMAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Professora Dra. Ana Luísa Nogueira de Amorim e a Professora Dra. Aline de Moraes Limeira. Como requisito de avaliação da unidade do componente curricular TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II. Curso de Licenciatura em Pedagogia, Modalidade a Distância.

Aprovado em: 18 / 06 / 2021.

BANCA EXAMINADORA

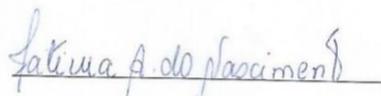


Profª Drª Aline de Moraes Limeira Orientadora
Universidade Federal da Paraíba – UFPB



Profª Dra. Elzanir dos Santos
Departamento de Metodologia da Educação/CE/UFPB

Profª Drª Elzanir Santos Convidado interno
Universidade Federal da Paraíba – UFPB



Profª Drª Fátima Aparecida do Nascimento
Convidado externo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

A Deus que com sua infinita bondade e misericórdia, tem alcançado minha vida, com gratidão, dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e pelas oportunidades de realizações, “Porque dele, e por ele, e para ele são todas as coisas; glória, pois a ele eternamente. Amém”

(Romanos 11: 36)

A minha querida mãe, Wilma Regina de Santana Melo, pela sua força, seus cuidados e amor que tem dedicado a mim e ao meu irmão Ednaldo Paulino de Lima Neto, obrigada por não permitir que eu desistisse e por todo apoio e incentivo. Gratidão.

A minha orientadora, Professora Dra. Aline de Moraes Limeira, pela paciência e compreensão, suas orientações foram essenciais para meu desenvolvimento, através de sua dedicação e organização senti segurança, obrigada.

A Selda Emílio Alves de Sousa, coordenadora do Polo de Conde, por seu acolhimento, apoio e dedicação, tão necessário numa educação a distância, obrigada.

Aos professores do curso, obrigada pelos ensinamentos e dedicação.

“Feliz é a pessoa que acha sabedoria e que consegue compreender as coisas. Ela torna a vida agradável e guia a pessoa com segurança em tudo o que faz.” (Provérbios de Salomão 3:13 e 17)

PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: TEORIAS, NORMAS E FORMAÇÃO DOCENTE

RESUMO: Diante da dimensão do impacto do analfabetismo na vida de um indivíduo e da sociedade, este trabalho reflete a importância das práticas de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, como a etapa da educação básica de grande relevância, onde deve ocorrer a alfabetização infantil. Tendo como objetivo a estruturação de uma base bibliográfica, fundamentando a prática docente de alfabetização nas teorias de aprendizagem e socioculturais, nas leis que norteiam a educação e formação docente. Esta pesquisa apresenta intérpretes de teóricos como Jean Piaget, com o desenvolvimento cognitivo da criança, Vygotsky, através da compreensão das Zonas de Distanciamento Proximal e Paulo Freire, apresentando a metodologia Freireana. Analisando as normas oficiais de alfabetização, a saber: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNs, 2013, MEC), Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, MEC) e o Plano Nacional de Alfabetização (PNA, 2019, MEC). Direcionando docentes a um embasamento de suas práticas de alfabetização em teorias e normas oficiais, valorizando sua formação.

PALAVRAS-CHAVE: alfabetização, formação docente, fundamentação, normas, prática.

LITERACY PRACTICES IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL

ABSTRACT: Given the dimension of the impact of illiteracy in the life of an individual and in society, this work reflects the importance of literacy practices in the early years of elementary school, as a very important stage of basic education, where childhood literacy should take place. Aiming at structuring a bibliographical base, basing the teaching practice of literacy on learning and sociocultural theories, on the laws that guide education and teacher training. This research presents interpreters of theorists such as Jean Piaget, with the cognitive development of the child, Vygotsky, through the understanding of the Zones of Proximal Distance and Paulo Freire, presenting the Freirean methodology. Analyzing the official literacy standards, namely: National Curriculum Guidelines for Basic Education (DCNs, 2013, MEC), Common National Curriculum Base (BNCC, 2017, MEC) and the National Literacy Plan (PNA, 2019, MEC). Directing teachers to a foundation of their literacy practices in theories and official norms, valuing their training.

KEY WORDS: literacy, teacher training, foundation, norms, pratic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. TEORIAS DE APRENDIZAGEM E SÓCIO-CULTURAIS	13
1.1 Teorias de aprendizagem de Jean Piaget	13
1.2 Teorias Socioculturais de Vygotsky	16
1.3 Teorias de Paulo Freire	19
2 – NORMAS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	23
2.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNs)	24
2.2 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	33
2.3 Plano Nacional de Alfabetização (PNA, 2019, MEC)	42
3 – FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

Como futura educadora, através de minha formação pretendo refletir sobre a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. Partindo de um contexto onde a taxa de analfabetismo no Brasil ainda impressiona, principalmente na população acima dos 15 anos de idade.

O Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística - IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio- PNAD Contínua de 2019, mostra que 11 milhões de Brasileiros não sabem ler e nem escrever, média é de 6,6% na população acima dos 15 anos de idade.¹ A Paraíba é o segundo estado com maior taxa de analfabetismo, 16,1% dez pontos percentuais acima da média nacional. A capital João Pessoa, ainda segundo os dados do PNAD 2019, tem 11.3% de sua população acima dos 15 anos, analfabetas. Em Santa Rita, onde moro, a terceira cidade mais populosa do estado, que fica na região metropolitana de João Pessoa, a taxa de analfabetismo é superior ao da capital e do estado, é 27,5% da população acima dos 15 anos de idade.

Estamos diante de dados que refletem a situação da sociedade, indivíduos que não são alfabetizados, que tem dificuldades de compreender, de conquistar o mercado de trabalho, dar continuidade aos estudos e ter uma vida melhor.

Ainda segundo os dados do PNAD 2019, é importante destacar que a taxa de escolarização, manteve um crescimento elevado de 95,8% das crianças de 6 a 10 anos estavam frequentando os anos iniciais do ensino fundamental, isso significa que nossas crianças estão tendo acesso a sala de aula, mesmo que esse acesso não garanta qualidade na educação e alfabetização.

No ano de 2019, tive a oportunidade de estagiar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Machado de Assis, na turma do 4º ano, através da disciplina de Estágio Supervisionado do Magistério do Ensino Fundamental I, professor Daniel Figueiras Alves. Foi em decorrência da vivência que adquiri nesse estágio, que surgiu a pergunta de pesquisa, de início foram muitas: como aprendem? Que conhecimentos devem adquirir nessa idade? Com minha formação o que posso melhorar, como fundamentar minhas práticas?

¹ conferir em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf

Diante dos dados de analfabetismo do país, entendo que como futura educadora tenho a responsabilidade de fazer minha parte, contribuindo para a diminuição desse índice, não pelos números, mas por cidadãos que são impossibilitados de ter um mínimo de dignidade, de ler e compreender, compreendendo como a criança adquire conhecimento, conhecendo as leis que regulamentam a alfabetização no Brasil e observando a importância da formação docente como precursor desse processo.

Justificando o contexto social desse estudo, compreendo a alfabetização como meio de promover dignidade humana, permitindo ao indivíduo exercer sua cidadania e ter condições de uma vida melhor, sendo possível minha contribuição. Na minha formação esse estudo, provoca um desafio como docente em adquirir mais conhecimento nessa área, proporcionando a comunidade acadêmica, interesse em realizar mais pesquisas, estudos voltados a alfabetização e formação docente.

Que teorias podem fundamentar nossas práticas de alfabetização? É a pergunta que norteia esse estudo, que tem como objetivo geral estruturar uma base bibliográfica, com definições e práticas. Segundo Marconi e Lakatos (1992, p. 158) “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”, a pesquisa tem como objetivos específicos, descrever as teorias de aprendizagens, refletir sobre as normas oficiais para a alfabetização e explicar a importância da formação docente e práticas de alfabetização.

Assim, este trabalho se estrutura em três capítulos, no primeiro capítulo, intitulado **Teorias de Aprendizagens e Socioculturais** são aprofundados os principais conceitos das teorias de aprendizagem de Piaget, Vygotsky e Paulo Freire. No segundo capítulo, intitulado **Normas Oficiais Para Alfabetização** são apresentadas e analisadas as normas oficiais do Ministério da Educação acerca do processo de alfabetização, como: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNs, 2013, MEC), Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, MEC) e o Plano Nacional de Alfabetização (PNA, 2019, MEC). No terceiro capítulo, intitulado **Formação Docente e Práticas De Alfabetização** é feita uma reflexão sobre a importância da formação docente para a prática de alfabetização.

1 – TEORIAS DE APRENDIZAGEM E SÓCIOCULTURAIS

Neste capítulo apresentamos as teorias de aprendizagem e sociocultural, sendo necessário conhecer o indivíduo, suas características, fases de desenvolvimento, como aprende e como podemos aplicar as práticas de acordo com a necessidade do aluno. Para organizar a reflexão, vamos analisar referenciais que consideramos essenciais nessa discussão, a saber: intérpretes das Teorias de aprendizagem de Jean Piaget; Teorias Socioculturais de Vygotsky; Teorias de Paulo Freire.

1.1 Teorias de aprendizagem de Piaget

Jean Piaget (1896 – 1980), nasceu na Suíça, publicou seu primeiro artigo aos 10 anos de idade. Era psicólogo, biólogo e filósofo, revolucionou a educação e a psicologia, com a teoria que mudou a forma de compreensão de infância e aprendizado. Caracterizada como corrente cognitiva, interacionista construtivista. A corrente interacionista entende que o processo de aquisição de conhecimento é uma construção contínua, da relação do ser humano e o meio em que vive, descrevendo a criança um ser dinâmico e ativo.

Para Silva, Santos, Jesus (2016, p.3), a formação de Piaget em biologia e em psicologia contribuíram para o desenvolvimento de sua teoria, “fizeram suspeitar que os processos de formação do conhecimento pudessem depender de mecanismos de equilíbrio orgânico e que as ações externas aos indivíduos e os seus processos de pensamento obedeceriam a uma organização lógica.” Para Piaget, a criança é um ser ativo, agente de seu próprio aprendizado, que segundo Silva, Santos, Jesus (2016, p. 3) “Parte da construção e compreensão do próprio desenvolvimento a partir de quatro determinantes básicos: a maturação do sistema nervoso central, a estimulação do ambiente físico, a aprendizagem e a tendência do equilíbrio”.

O crescimento cognitivo da criança se dá através de assimilação e acomodação. O indivíduo constrói esquemas de assimilação mentais para abordar a realidade (OSTERMANN; CAVALCANTI, 2005, p.33). Busca compreender como a criança, passa de um estado de menor para maior conhecimento, relacionado com desenvolvimento pessoal da criança.

Ostermann e Cavalcanti (2005, p.33) afirma, “Portanto, na abordagem piagetiana, ensinar significa provocar o desequilíbrio na mente da criança para que ela, procurando o reequilíbrio, se reestruture cognitivamente e aprenda”. Com o novo, inédito a criança assimila, provocando desequilíbrio na mente da criança, necessitando de uma busca novamente pelo equilíbrio, acomodação, gerando no cognitivo da criança o aprendizado.

Para alguns estudiosos, é na assimilação que “o indivíduo usa as estruturas psíquicas que já possui”. Porém, “se elas não forem suficientes, é necessário construir novas estruturas e assim é desenvolvida a acomodação”. Afirmam ainda que “A assimilação refere-se à tentativa do sujeito em solucionar determinada situação utilizando a estrutura mental já formada”. Essa estrutura é formada desde o nascimento. Sobre acomodação se observa que

é a modificação nas estruturas antigas que o indivíduo tem para poder dominar uma nova situação, é como um processo de modificação das estruturas”, de “ajustamento para poder resolver um problema que ainda não foi solucionado” (SILVA, SANTOS JESUS, 2016, p.7).

Sobre processo de aprendizagem, Piaget apresenta os quatros períodos de desenvolvimento:

Sensório-motor (0 a 2 anos) que marca o início do desenvolvimento das coordenações motoras, sendo a principal característica, a ausência da função semiótica, quando a criança não representa mentalmente os objetos. Pré-operacional (2 a 7 anos) período que a criança desenvolve a linguagem, tornando-se capaz de imitar gestos, evocar objetos ausentes, simbolizar, por meio da imagem mental. Operacional-concreto (7 a 12 anos) a intelectualidade e o desenvolvimento cognitivo são potencializados, a criança já tem a capacidade de realizar uma ação interiorizada, executada em pensamento, podendo através de ações de inversão e coordenação, já interiorizadas, ser reversível. É a fase que está saindo do egocentrismo. operacional-formal (a partir dos 12 anos) nessa fase ocorre o fortalecimento da linguagem escrita e verbal. Os adolescentes tem noções de raciocínio hipotético dedutivo de forma complexa e abstrata, onde conseguem pensar, formular hipóteses, questionar, discutir e construir seus próprios valores. (OSTERMANN; CAVALCANTI, 2005, p.33)

A alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, aborda o final da etapa Pré-operacional, 6 a 7 anos, caracterizado pelo desenvolvimento da linguagem, e a fase inicial da Operacional-concreto, 7 aos 8 anos, onde ocorre a potencialização da intelectualidade e do desenvolvimento cognitivo. Sendo importante o professor compreender as características de cada etapa, aplicando as práticas de alfabetização, respeitando os estágios correspondente a cada etapa.

Como cita Silva, Santos, Jesus (2016, p.4) “A aprendizagem do sujeito ativo exige sempre uma atividade organizadora na interação estabelecida entre ele e o conteúdo a ser aprendido, além de estar vinculada a sua aprendizagem de desenvolvimento alcançado ao processo ensino – aprendizagem”.

Para Piaget, a criança aprende na interação com o meio, objetos, problemas e situações, o conhecimento é construído, em cada etapa, os estágios são inevitáveis, cada estágio tem suas características e a superação de cada estágio, indica passagem para o próximo estágio.

Piaget vê a criança como ser ativo, dinâmico, autor de seu próprio aprendizado, sendo o professor facilitador, motivador, incentivador, que instiga o conhecimento, que compreende a aprendizagem como maturação do conhecimento. Que conhece seu aluno, desde seu desenvolvimento, características, dificuldades, utilizando essa compreensão para aprimorar suas práticas e oportunizando um ambiente de aprendizado.

Através dessa teoria podemos compreender que o aprendente desenvolve o processo de compreensão, transformação, armazenamento e uso da informação, permitindo compreender como a criança desenvolve seu aprendizado.

As contribuições de Piaget para o professor são essenciais para aplicação das práticas pedagógicas com efetividade, segurança e com embasamento teórico. Compreender como a criança se desenvolve em cada etapa, observando as características de cada fase como norteador do planejamento, ciente que o professor é quem possibilita meios de aprendizagem, proporcionando um ambiente formador, que instiga o aluno a aprender, pensar e adquirir conhecimento.

1.2 Teorias socioculturais de Vygotsky

Entre as teorias socioculturais o maior representante é Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934), que nasceu na Bielo-Rússia. Coelho e Pisoni (2012, p145) cita sobre Vygotsky “Enquanto cursava Direito também participava dos cursos de História e Filosofia [...] dedicou-se ao estudo dos distúrbios de aprendizagem e de linguagem, das diversas formas de deficiências congênitas e adquiridas, e assim graduou-se em Medicina”. Pioneiro no conceito de que o desenvolvimento intelectual tinha relação com interação social.

Segundo Coelho e Pisoni (2012, p. 148) “A aprendizagem é um processo contínuo e a educação é caracterizada por saltos qualitativos de um nível de aprendizagem a outro, daí a importância das relações sociais”. Compreendendo que a educação tem relação com meio social, a aprendizagem está pautada nas interações. Nossa cognição se desenvolve à medida que estamos em contato com outros. “Vygotsky tinha como objetivo constatar como as funções psicológicas, tais como memória, a atenção, a percepção e o pensamento aparecem primeiro na forma primária para, posteriormente, aparecerem em formas superiores” (COELHO e PISONI, 2012, p.147).

Ostermann e Cavalcanti (2005, p.41) cita que o conceito central da teoria de Vygotsky é a atividade, sendo “Uma atividade entendida como mediação em que o emprego de instrumentos e signos representa a unidade essencial de construção da consciência humana, entendida como contato social consigo mesmo e, por isso, constituída de uma estrutura semiótica (estrutura de signos) com origem na cultura”. Os autores enfatizam que o uso de instrumentos e signos contribuem para a construção funcional da consciência, através de incentivos externo e internos da consciência.

Para Coelho e Pisoni (2012, p. 147) “A linguagem é um signo mediador por excelência por isso Vygotsky a confere um papel de destaque no processo de pensamento. Sendo esta uma capacidade exclusiva da humanidade. Através da fala podemos organizar as atividades práticas e das funções psicológicas”. A linguagem é essencial para que exista a comunicação, que ocorre entre a relação signos e instrumentos.

Como cita Teodoro (2021) “Signos são representações mentais ou da fala, sem precisar ver ou tocar, esses instrumentos são elementos do cotidiano, que permite fazer as coisas” (TEODORO, 2021). Quando a criança relaciona os elementos e signos ela consegue construir a consciência e a comunicação, daí linguagem é desenvolvida, sendo a “linguagem um instrumento de representação simbólica de compreensão e comunicação permitindo a interação social e assim o aprendizado. Para Vygotsky, o desenvolvimento é amadurecimento, crescimento e aprendizagem é aquisição de novos saberes, conhecimentos e habilidades” (TEODORO, 2021). O aprendizado vem antes do desenvolvimento, impulsionando e oportunizando o desenvolvimento.

Para Vygotsky, a interação e a cultura são parte integrante da construção da consciência, através desses estímulos e convivência a criança desenvolve sua percepção de mundo e conhecimento. Vygotsky desenvolveu conceitos de aprendizagens, chamando-as de zonas de desenvolvimento real, de desenvolvimento potencial e proximal. Ostermann e Cavalcanti (2005, p.42), afirmam ser o conceito mais original “Trata-se de uma espécie de desnível intelectual avançado dentro do qual uma criança, com o auxílio direto ou indireto de um adulto, pode desempenhar tarefas que ela, sozinha, não faria, por estarem acima do seu nível de desenvolvimento”.

Os autores afirmam “A implicação pedagógica mais relevante desse conceito reside na forma como é vista a relação entre o aprendizado e o desenvolvimento” (OSTERMANN; CAVALCANTI, 2005, p. 43). O conceito de conhecimento e aprendizado para Vygotsky, como já foi citado, é “amadurecimento e aquisição de novos saberes [...]” (TEODORO, 2021). É nessa compreensão, que as Zonas de Desenvolvimento Proximal se estabelecem.

Podemos compreender que as Zonas de Desenvolvimento Real e Proximal, como Zona: distância entre o conhecimento real e proximal. Coelho e Pisoni (2012, 148) afirmam que “o desenvolvimento real que se refere àquelas conquistas que já são consolidadas na criança, aquelas capacidades ou funções que realiza sozinha sem auxílio de outro indivíduo”, como, percurso percorrido, o que já sabe, já o proximal “se refere àquilo que a criança pode realizar com auxílio de outro indivíduo. Neste caso as experiências são muito importantes, pois ele aprende através do

diálogo, colaboração, imitação.” que é o que ainda vai acontecer, que vai aprender” (COELHO e PISONI, 2012, p.148). Sendo na Zona de Desenvolvimento proximal onde ocorre a interação e aprendizado, que impulsiona, potencializa o desenvolvimento.

Segundo Coelho e Pisoni (2012, p.148) para Vygotsky “a criança inicia seu aprendizado muito antes de chegar à escola, mas o aprendizado escolar vai introduzir elementos novos no seu desenvolvimento”. Afirmando que a criança tem sua bagagem ao chegar em sala de aula, existe uma história, experiências que devem ser respeitadas e valorizadas. É na escola que a criança vai adquirir novas aprendizagens, o professor é o responsável em promover um ambiente de aprendizado. Acerca do desenvolvimento mental da criança, Coelho e Pisoni (2012 p.148) cita

O desenvolvimento mental da criança é um processo contínuo de aquisições, desenvolvimento intelectual e linguístico relacionado à fala interior e pensamento. Impondo estruturas superiores, ao saber de novos conceitos evita-se que a criança tenha que reestruturar todos os conceitos que já possui (COELHO, PISONI, 2012, p.148)

Analisando as características de como a criança aprende, segundo a compreensão de Vygotsky, observamos que a linguagem é essencial para existir a comunicação, sendo a comunicação a chave para as interações sociais, onde ocorre a troca de experiências e aprendizado. Sobre o professor, Coelho e Pisoni (2012, p. 150) afirmam

Para que o professor possa fazer um bom trabalho ele precisa conhecer seu aluno, suas descobertas, hipóteses, crenças, opiniões desenvolvendo diálogo criando situações onde o aluno possa expor aquilo que sabe. Assim os registros, as observações são fundamentais tanto para o planejamento e objetivos quanto para a avaliação (COELHO, PISONI, 2012, p.150).

O professor dentro desse contexto, é compreendido como mediador, que tem papel ativo e determinante para através de seu planejamento, impulsionar o aprendizado. Sendo o tal, quem possibilita o contato com o aprendizado, devendo o

professor: conhecer o aluno, o que já sabe, o que precisa aprender e aplicar práticas pedagógicas visando o aprendizado.

Compreendemos a necessidade de trabalhar o desenvolvimento da linguagem através da relação dos signos e instrumentos, gerando comunicação, interação e conseqüentemente o aprendizado. Analisando o desenvolvimento da linguagem, e da comunicação como ferramenta de aprendizado e desenvolvimento intelectual.

1.3 Teoria de Paulo Freire

Outro importante educador e teórico da aprendizagem é Paulo Freire (1921-1997), nascido em Recife (PE). Era filósofo, educador e Patrono da Educação Brasileira. Paulo Freire, em seu método desenvolvido com jovens e adultos, argumentava que existia uma sabedoria popular, os alunos trazem consigo bagagens de conhecimento e vivências.

O método desenvolvido por Freire, acolhia o indivíduo como alguém que tinha conhecimento de algo, nessa perspectiva, uma educação mais humanizada e centrada no educando. Ostermann e Cavalcanti (2005) cita que:

Aprender é um ato de conhecimento da realidade concreta, isto é, da situação real vivida pelo educando, e só tem sentido se resulta de uma aproximação crítica dessa realidade. O que é aprendido não decorre de uma imposição ou memorização, mas do nível crítico de conhecimento, ao qual se chega pelo processo de compreensão, reflexão e crítica. (OSTERMANN, 2005, p.49)

Ferreira (2017), afirma que as contribuições do método de Paulo Freire, não se restringe a jovens e adultos “

[..] porquanto avançam para o campo da didática aplicável em qualquer modalidade de ensino, em quaisquer contextos, visto que sua teoria e prática pedagógica dão elementos teóricos e práticos para um processo de ensino e aprendizagem comprovadamente eficaz. (FERREIRA, 2017, p.104)

Paulo Freire (1989) via o aprendente como alguém que desde a infância, adquiriu conhecimento, através das circunstâncias da vida, pela natureza, com os familiares, seus próprios medos, como ele cita:

Daquele contexto - o do meu mundo imediato - fazia parte, por outro lado, o universo da linguagem dos mais velhos, expressando as suas

crenças, os seus gostos, os seus receios, os seus valores. Tudo isso ligado a contextos mais amplos que o do meu mundo imediato e de cuja existência eu nós podia sequer suspeitar. (FREIRE, 1989)

Ao abordarmos como Freire via a alfabetização, “Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro-negro; gravetos, o meu giz” (FREIRE, 1989). Observamos que o conhecimento, é adquirido na convivência, na interação, no cotidiano, nas palavras novas, nos costumes antigos da família. Sobre isso, o autor afirma: “Na verdade, aquele mundo especial se dava a mim como o mundo de minha atividade perceptiva, por isso mesmo como o mundo de minhas primeiras leituras” (FREIRE, 1989).

Essa percepção de mundo letrado desde a infância, as primeiras leituras, nos faz compreender que a primeira leitura que o ser humano faz em sua infância, é a leitura de mundo, é a compreensão do contexto em que convive. Freire (1989), afirma:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Ao compreender essa concepção da leitura do mundo e a leitura da palavra, que uma precede a outra, é possível analisarmos que o contexto que aquele indivíduo participa tem grande influência sobre sua leitura de mundo e conseqüentemente na leitura da palavra, quando compreendemos o contexto dele, podemos aplicar práticas pedagógicas que permitam aquisição de conhecimento e habilidades.

Freire (1989), via a alfabetização de adultos além do que era praticado, não como forma mecânica, de memorização, mas via como ato político de conhecimento:

sempre vi a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador. Para mim seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizandos. (FREIRE, 1989)

Seu método faz com que o alfabetizador compreenda que da mesma forma que ele tem a percepção das coisas, o aprendente também tem,

Na verdade, tanto o alfabetizador quanto o alfabetizando, ao pegarem, por exemplo, um objeto, como laço agora com o que tenho entre os dedos, sentem o objeto, percebem o objeto sentido e são capazes de expressar verbalmente o objeto sentido e percebido. Como eu, o analfabeto é capaz de sentir a caneta, de perceber a caneta e de dizer caneta. Eu, porém, sou capaz de não apenas sentir a caneta, de perceber a caneta, de dizer caneta, mas também de escrever caneta e, conseqüentemente, de ler caneta. (FREIRE,1989)

Ferreira (2017) cita “Considerando que a conscientização emerge da análise crítica da realidade vivida, o ensino para a conscientização precisa ser contextualizado, portanto deve respeitar e considerar o universo do educando, seja adulto ou criança”. Sendo possível um educador diante do que é compreendido aplicar esse método na educação de crianças.

É nesse sentido em que o pensamento pedagógico de Paulo Freire se mostra passível de ser aplicado à educação de todas as faixas etárias, porquanto apresenta ferramentas de ensino perfeitamente cabíveis aos processos educativos de alfabetização e conscientização. A conscientização aplicada no ensino de uma criança pode fazê-la compreender, e não, apenas, apreender significados. Dessa forma, ela terá subsídios para crescer e se desenvolver com responsabilidade pessoal e social. (FERREIRA, 2017)

Sobre os métodos de Paulo Freire, Dreyer (2011) descreve a essência do método, está na capacidade de pensar, retirar e aplicar no cotidiano e não apenas repetir.

Os métodos de Paulo Freire não ensinam a repetição de palavras, mas o de desenvolver a capacidade de pensá-las com base nas palavras retirados do cotidiano dos alunos formando assim as palavras geradoras que através de uma palavra conseguimos formar muitas outras diferentes e que se torna muito mais fácil para o entendimento dos alunos. (DREYER, 2011, p. 3589)

Para Freire (1989) o educador precisa reconhecer o educando como sujeito no processo, alguém ativo nessa relação de aprendizado,

O educador, como quem sabe, precisa reconhecer, primeiro, nos educandos em processo de saber mais, os sujeitos, com ele, deste processo e não pacientes acomodados; segundo, reconhecer que o conhecimento não é um dado aí, algo imobilizado, concluído, terminado, a ser transferido por quem o adquiriu a quem ainda não o possui. (FREIRE,1989)

Dreyer (2011, p.3597) afirma como o método de Paulo Freire compreende o aprendente: “como sujeito da aprendizagem, portador de um conhecimento, de uma aprendizagem que ocorre a partir das experiências, do diálogo, da leitura do mundo, da concepção de alfabetização como construção de significados”.

Ao analisarmos a teoria de Paulo Freire, conhecida como métodos de Paulo Freire, podemos descrever a importância de considerarmos o indivíduo como portador de conhecimento adquirido em toda vida, no seio familiar, na sociedade, sujeito ativo que produz e reproduz o aprendizado, capaz de perceber, analisar e pensar. Compreendendo o professor como mediador dessa relação, não como detentor do conhecimento, mas como companheiro de aprendizado, ciente de suas responsabilidades e suas limitações.

Concluimos esse capítulo, analisando as teorias que foram apresentadas, mesmo que de maneira resumida, pretendemos ser objetivos quanto as características de cada teoria. Na teoria de aprendizagem de Piaget, compreendemos como a criança se desenvolve em cada etapa, observando as características de cada fase como norteador do planejamento, sendo o professor, quem possibilita meios de aprendizagem, proporcionando um ambiente formador, que instiga o aluno a aprender, pensar e adquirir conhecimento.

Segundo a teoria de Vygotsky, entendemos que o aprendizado é o resultado de um processo de aquisição da linguagem que se dá, através da relação dos signos e instrumentos, gerando comunicação, interação e conseqüentemente o aprendizado. Nessa perspectiva o professor é o mediador, que tem papel ativo e determinante para através de seu planejamento, impulsionar o aprendizado.

Na perspectiva Freiriana, podemos considera o indivíduo como portador de conhecimento adquirido na infância, capaz de perceber, analisar e pensar. Compreendendo o professor não como detentor do conhecimento, mas como companheiro de aprendizado, observando que alfabetizar não é repetição, memorização, mas o ato de ler o mundo e a palavra, no contexto habitual do indivíduo.

No próximo capítulo, apresentamos as normas de alfabetização que norteia a educação Brasileira, como: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNs, 2013, MEC), Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, MEC) e o Plano Nacional de Alfabetização (PNA, 2019, MEC).

2 – NORMAS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No que se refere às constituições nacionais, é sabido que o Brasil adotou sete constituições, uma no período monárquico e seis no período republicano. Em 1824, o direito a educação primária foi garantido a todos os cidadãos, outorgada por D. Pedro I. Após a Proclamação da República, no século XIX, a escola tornou-se institucionalizada pelo governo, a leitura e escrita que antes era vista como práticas culturais de poucos, passa ser uma possibilidade para todos. Em 1891, a educação deixava de ser matéria de competência exclusiva e privativa de União, estendendo aos governos locais, como cita Martins (2001): “Constituição de 1891, atenta ao princípio federativo para a unidade nacional, ressalva que as ações do Congresso Nacional, no tocante à educação, não serão *privativas*, mas *cumulativas*, ou seja, levam em conta a ação dos governos locais” (MARTINS, 2001). Martins afirma ainda que a ideia que hoje temos de Competência concorrente, em matéria educacional, é fruto da semente da constituição de 1891.

Observamos que o legislador, ao estabelecer a incumbência privativa ao Congresso nas ações de animar, criar e prover não tenciona tolher a ação dos governos locais, portanto, não quer embaraçar a capacidade legislativa dos Estados. Poderíamos dizer que, aqui, há uma semente para a ideia que temos hoje de *competência concorrente* em matéria educacional, em que o Congresso participaria com normas gerais sem negar as peculiaridades dos Estados-Membros. (MARTINS, 2001)

A nossa constituição vigente é a de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã” pois tem como fundamento: inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Do artigo 205 ao 214 da Constituição Federal, descreve sobre a educação, nela consta que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Os artigos da Constituição Federal que tratam da educação, necessitavam de uma lei que regulamentasse a educação de uma forma mais específica, dando

origem a principal lei de educação, que através dos conceitos e regras regulamentam a educação no nosso país, a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no decorrer seus nove títulos descrevem sobre: Princípios e Fins da Educação Nacional, do Direito à Educação e do Dever de Educar, da Organização da Educação Nacional, Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, Dos Profissionais da Educação, Dos Recursos financeiros, das disposições gerais e transitórias. A Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), regulamenta outras normas, decretos, leis, como também diretrizes (DCNs).

É perceptível a necessidade de o docente adquirir conhecimento, baseado em normas que regulamentam a educação infantil e a alfabetização, desenvolvendo senso crítico e observador diante do sistema educacional onde estamos inseridos, buscando a melhor prática para sua atuação docente.

Assim, neste segundo capítulo, pretendemos analisar aspectos relacionados à alfabetização nas legislações nacionais, analisando de forma específica três documentos, a saber: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNs, 2013, MEC); Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, MEC) e a Plano Nacional de Alfabetização (PNA, 2019, MEC).

2.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNs)

A Resolução nº4 de 13 de julho de 2010, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica.² Nela, o conceito de Diretrizes, trata de conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da educação básica. É um conjunto, pois abrange todas as leis de educação, fazendo uma junção da Constituição Federal, LDB, ECA, desenvolvendo de forma sequencial e articulado das etapas que é a divisão da educação básica.

De acordo com a Resolução, as diretrizes devem colocar o aluno no centro do processo de aprendizagem, normatizar todo o currículo e orientar as práticas pedagógicas, ressaltando o desenvolvimento pleno do indivíduo, para exercício da cidadania, trabalho e convivência. Os referenciais conceituais das Diretrizes

² Conferir essa Resolução em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf

Curriculares da Educação Básica, é a Constituição Federal, LDB, ECA e Declaração dos Direitos Humanos. Os referenciais tem princípios que dão sustentação de um ensino ministrado com:

I - igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e aos direitos; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos respectivos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 2010)

O artigo quinto da Resolução assegura a Educação Básica como direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, assegurando a todos de maneira universal a oportunidade de aprendizado, como sujeito que dá vida ao currículo e a escola, porque não dizer que dá vida também a sociedade.

Saviani (2008), falando sobre a construção de um sistema nacional de educação, cita a descontinuidade das políticas públicas como um grande desafio na construção da educação brasileira, assimilando as reformas como movimentos do ziguezague e do pêndulo “Se uma reforma se centra na liberdade de ensino, logo será seguida por outra que salientará a necessidade de regulamentar e controlar o ensino. Uma reforma colocará o foco do currículo nos estudos científicos e será seguida por outra que deslocará o eixo curricular para os estudos humanísticos”.

Saviani (2008), afirma:

Conclui-se, pois, que as dificuldades para a realização da ideia de sistema nacional de ensino se manifestaram tanto no plano das condições materiais e políticas como no âmbito da mentalidade pedagógica. Assim, o caminho da implantação dos respectivos sistemas nacionais de ensino, por meio do qual os principais países do Ocidente lograram universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo, não foi trilhado pelo Brasil. E as consequências desse fato se projetam ainda hoje, deixando-nos um legado de agudas deficiências no que se refere ao atendimento das

necessidades educacionais do conjunto da população. (SAVIANI, 2008)

São essas descontinuidades que geram insegurança no desenvolvimento das práticas educacionais, causando prejuízos irreparáveis a população, pois quando uma população não é alfabetizada, perde sua dignidade, sua identidade e oportunidades de ter uma vida melhor.

A matrícula da criança a partir dos seis anos no ensino fundamental é obrigatório, dever e responsabilidade dos pais e responsáveis. O sistema de ensino tem por obrigação, oferecer o acesso e permanência do aluno na escola, especialmente no ensino fundamental, respaldados na mesma lei de exigências, que responsabiliza pais e responsáveis e a escola:

Zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola; • articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; • informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica; • notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos estudantes que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (BRASIL, 2010, p.21).

Essas exigências além de leis são ferramentas de apoio, que possibilitam o acesso e a obrigação dos pais em levar a criança para escola, é uma forma de proteger a criança, evitando o trabalho infantil e outros tipos de violência e abuso infantil. A garantia de qualidade social da escola é observada através da inclusão, permanência e sucesso do indivíduo na escola, redução de evasão e retenção e distorção de idade/ano/série. A escola deve obedecer a requisitos para obter a qualidade social do ensino, em obediência aos objetivos das Diretrizes e outros nove requisitos, centralizando os esforços no aluno e na aprendizagem.

O conceito de escola é descrito no parágrafo único do artigo 11, dessa resolução, onde descreve a escola como, “A escola de Educação Básica é o espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País” (BRASIL, 2010). O ambiente escolar é lugar de construção de conhecimento, aprendizagens, cultura e respeito as diferenças. O currículo é, segundo o Art. 13

“como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos” (BRASIL, 2010, p.22).

Esse conjunto é junção dos princípios da educação descrito no capítulo 4 da resolução nº4 de 13 de julho de 2010, já citado neste trabalho, que dão sustentação as referências conceituais (BRASIL, 2010, p.24).

Devendo “assegurar o entendimento de currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos” (BRASIL, 2010). O aluno vem para escola com bagagens, com informações sobre o mundo a sua volta, e o currículo enxerga como identidade do indivíduo, reconhecendo a necessidade de conservar e ampliar esse conhecimento no ambiente escolar.

Para a Resolução, a organização da Educação Básica deve observar as etapas e modalidades, em sua estrutura orgânica e sequencial, seguindo as orientações temáticas, respeitando as especificidades. As etapas da Educação Básica dividem em: Educação Infantil – creches (crianças de 0 anos a 3 anos e 11 meses) e Pré- Escola (duração de 2 anos), nessa etapa a educação tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos físicos, afetivos, psicológicos, intelectual e social. É nessa etapa que o cuidar e o educar é muito perceptivo e necessário, devendo o professor orientar e incentivar a aprendizagem de maneira lúdica, com brincadeiras, jogos e histórias. Com objetivo de trabalhar:

I – Na gestão das emoções; II – no desenvolvimento de hábitos higiênicos e alimentares; III – Na vivência de situações destinadas à organização dos objetos pessoais e escolares; IV – Na vivência de situações de preservação dos recursos da natureza; V – No contato com diferentes linguagens representadas, predominantemente, por ícones – e não apenas pelo desenvolvimento da prontidão para a leitura e escrita –, como potencialidades indispensáveis à formação do interlocutor cultural. (BRASIL, 2010, p. 37)

O Ensino Fundamental é Obrigatório e gratuito, com duração de 9 anos, só é permitida a matrícula a criança da idade de 6 anos, o ensino fundamental nas

primeiras séries é um prolongamento da educação infantil, ampliando e intensificando gradativamente, observando:

I - desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - foco central na alfabetização, ao longo dos 3 (três) primeiros anos; III - compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade; IV - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; V - fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2010)

Observamos que, nesta parte do documento, se fala no processo de alfabetização, afirmando que o estudante deve ter domínio da leitura e da escrita, e que o processo de alfabetização se dará ao longo de 3 anos iniciais no ensino fundamental.

Sobre o Projeto Político-pedagógico, o documento afirma que ele “É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social” (BRASIL, 2010, p. 47). Sobre gestão democrática a Resolução afirma que a mesma se trata de um “instrumento de horizontalização das relações, de vivência e convivência colegiada, superando o autoritarismo no planejamento e na concepção e organização curricular, educando para a conquista da cidadania plena e fortalecendo a ação conjunta que busca criar e recriar o trabalho da e na escola mediante” (BRASIL, 2010). Sobre esse aspecto, destacamos:

V – instauração de relações entre os estudantes, proporcionando-lhes espaços de convivência e situações de aprendizagem, por meio dos quais aprendam a se compreender e se organizar em equipes de estudos e de práticas esportivas, artísticas e políticas (BRASIL, 2010, p. 56)

Ou seja, a escola pode trabalhar a prática de alfabetização a partir de vivências cotidianas proporcionando situações de aprendizagem, como afirma o documento.

Após instaurada a Resolução de 2010, finalmente as Diretrizes Curriculares

Nacionais para Educação Básica são publicadas pelo Ministério da Educação em 2013.³ O documento é composto por várias partes: Apresentação; Prefácio; Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.

Ainda compõe o documento: Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo; Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial; Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância;

Alcança também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena; Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana; Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

De acordo com o documento, o processo de implantação e implementação do disposto na alteração da LDB pela Lei nº 11.274/2006, que estabeleceu o ingresso da criança a partir dos seis anos de idade no Ensino Fundamental, tem como perspectivas melhorar as condições de equidade e qualidade da Educação Básica, estruturar um novo Ensino Fundamental e assegurar um alargamento do tempo para as aprendizagens da alfabetização e do letramento (BRASIL, 2013, p.15).

³ O documento encontra-se disponível no portal do MEC, em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448diretrizescurriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192.

Acerca da educação básica e sua relação com a alfabetização, as DCNS afirmam que há “foco central na alfabetização, ao longo dos três primeiros anos” (p.38). Este ciclo foi alterado para dois anos, a Base Nacional Comum Curricular, cita a alfabetização nos anos iniciais, até o 2º ano do ensino fundamental, já o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), direciona priorizar a alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental. E que “o acesso ao Ensino Fundamental aos 6 (seis) anos permite que todas as crianças brasileiras possam usufruir do direito à educação, beneficiando-se de um ambiente educativo mais voltado à alfabetização e ao letramento” (p.109).

Sobre a transição da educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental, as DCNS alertam que:

é preciso garantir que a passagem da Pré-Escola para o Ensino Fundamental não leve a ignorar os conhecimentos que a criança já adquiriu. Igualmente, o processo de alfabetização e letramento, com o qual ela passa a estar mais sistematicamente envolvida, não pode sofrer interrupção ao final do primeiro ano dessa nova etapa da escolaridade (BRASIL, 2013, p.121).

Podemos considerar que a prática pedagógica deve ser voltada para “aplicação dos conhecimentos adquiridos nas vivências, valorizando as experiências do aprendente”, desenvolvendo em sala de aula a compreensão dessa realidade que o cerca:

A aquisição da leitura e da escrita na escola, fortemente relacionada aos usos sociais da escrita nos ambientes familiares de onde veem as crianças, pode demandar tempos e esforços diferenciados entre os alunos da mesma faixa etária. A criança nessa fase tem maior interação nos espaços públicos, entre os quais se destaca a escola (BRASIL, 2013, p. 110).

Observamos as características das crianças nos anos iniciais da alfabetização, que chega em sala de aula com conhecimentos adquiridos na família e na sociedade, e desenvolve aprendizagem para compreender o mundo em sua volta: “Esse é, pois, um período em que se deve intensificar a aprendizagem das normas da conduta social”, com ênfase no desenvolvimento de habilidades “que facilitem os processos de ensino e de aprendizagem” (BRASIL, 2013, p. 110).

Nos três primeiros anos do ensino fundamental, é importante investir em práticas de alfabetização, proporcionar um aprendizado que dê sustentação a esse aluno nas próximas séries, a repetência é reflexo do que faltou ser aplicado nos primeiros anos de alfabetização, “que os anos iniciais do Ensino Fundamental têm se constituído, historicamente, em um dos maiores obstáculos interpostos aos alunos para prosseguirem aprendendo. Há não muito tempo atrás, por décadas e décadas, cerca de metade dos alunos repetiam a primeira série, sendo barrados logo no início da escolarização por não estarem completamente alfabetizados” (BRASIL, 2013, p. 121).

Diante do que foi apresentado, a Resolução acrescenta em relação as repetências que as escolas em sua autonomia, devem assegurar nos três primeiros anos do ensino fundamental, visando evitar prejuízos na aprendizagem e consequentemente a repetência:

a) a alfabetização e o letramento; b) o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, de Ciências, de História e de Geografia; c) a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo, e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro. (p. 122)

O conceito de alfabetização é amplo, necessário para o fortalecimento de uma sociedade. A leitura e escrita podem ser caracterizado como alfabetização. A apropriação da linguagem através da leitura do mundo torna um indivíduo capaz de alcançar grandes patamares. Para Soares (2005), a alfabetização é resultado de ensino e aprendizagem de uma tecnologia de representação da linguagem humana, que envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos para domínio dessa tecnologia.

O termo alfabetização designa o ensino e o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica. O domínio dessa tecnologia envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos relacionados tanto ao funcionamento desse sistema de representação quanto às capacidades motoras e cognitivas para manipular os instrumentos e equipamentos de escrita. (SOARES, 2005)

Quanto ao desenvolvimento das diversas formas de expressão o artigo 30 cita:

Considerando as características de desenvolvimento dos alunos, cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades (BRASIL, 2013, p. 137).

A avaliação é uma das causas de evasão escolar, a prática docente deve ser alcançar meios que aproximem o aprendente do aprendizado. Precisamos observar a avaliação, segundo o que é apresentado na Resolução, “é redimensionadora da ação pedagógica e deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica” (BRASIL, 2013, p.123). A avaliação não é punitiva, gerando um abismo na aprendizagem e repetência, podemos afirmar que redimensiona as práticas pedagógicas, servindo para avaliar as práticas docentes em sala de aula, sendo avaliação formativa a que “busca diagnosticar as potencialidades do aluno e detectar problemas de aprendizagem e de ensino.” (BRASIL, 2013, p.123), continua a que “pode assumir várias formas, tais como a observação e o registro das atividades dos alunos, sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, trabalhos individuais, organizados ou não em portfólios, trabalhos coletivos, exercícios em classe e provas, dentre outros” (BRASIL, 2013, p.123).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, abrange todos os patamares da educação, suas etapas e modalidades. Destacamos em especial sobre alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, onde observamos a obrigatoriedade de matrícula a partir do 6 (seis) anos de idade e ao longo dos três primeiros anos do ensino fundamental, deve ser oportunizado um ambiente alfabetizador, levando em consideração as experiências que a criança adquiriu e adquire em seu cotidiano, os cuidados que as escola dever ter para assegurar a alfabetização durante o período dos três primeiros anos, visando evitar prejuízos na aprendizagem e repetências nas séries posteriores. O assunto do próximo capítulo é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, MEC).

2.2 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, MEC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento do Ministério da Educação, que foi publicado em 2017.⁴ Em suas 600 páginas, ela apresenta um conjunto de aprendizagens essenciais para todos os alunos da Educação Básica, na rede pública e privada de todo o país. Sendo um documento normativo, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), quantos a seus princípios, valores e objetivos e nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica Nacional (DCNs), que cita em seu artigo 14, a base comum e diversificada.

A primeira versão da base, foi em 2014⁵, teve a colaboração de 12 milhões de pessoas, que contribuíram para segunda versão, a qual foi colocada para debate através de seminários em todas as 27 Unidades Federativas, contando com a contribuição de 9 mil professores e especialistas, consolidando na versão final, que foi enviado ao Conselho Nacional de Educação, que por sua vez discutiu o documento em 5 audiências públicas em cada região do país, onde foi homologada em 2017 pelo Ministério da Educação.

Apresentamos neste capítulo, as principais características da BNCC acerca do processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. A base tem objetivo desenvolver a formação integral do aluno, em cada etapa da educação básica, sendo um instrumento para equidade, orientando na aplicação de políticas públicas educacional em todo o país, sendo uma “Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares” (BRASIL, 2017, p. 8).

[...] espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas

⁴ O documento pode ser consultado em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf ⁵
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>

garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental (BRASIL 2017, P. 8)

Essas fragmentações precisam ser superadas, com a colaboração dos entes federativos, instituições de ensino, professores, para garantir uma educação de qualidade. A BNCC (2017) orienta na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas, na formação de professores, na produção de material didático e nas avaliações.

Durante a educação básica, as aprendizagens essenciais devem ser aplicadas para desenvolver as dez competências gerais, que constam na BNCC. A competência na BNCC é definida como: “como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 8).

Compreendemos que competências é o resultado do saber/conhecer e da habilidade fazer/prática, não se resumindo a conteúdos. Como a própria constituição define a educação integral, da formação humana em seus diversos aspectos, na escola, na sociedade, no mercado de trabalho, possibilitando o indivíduo a desenvolver-se na vida cotidiana. As competências:

inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB. (BRASIL, 2017, p. 8)

Vejamos as dez competências. Primeira, “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2017, p.8).

A primeira competência tem como característica a valorização e utilização de conhecimentos históricos e atuais para explicar a realidade com objetivo de construção de uma “sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2017, p.9) e já cita o uso do digital para essas descobertas e produção de conhecimento.

Segunda competência, “Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas” (BRASIL, 2017.p.9).

As competências apresentam uma perspectiva geral do ser humano, com intuito de desenvolver e exercitar a curiosidade, utilizando meios para descobertas, gerando aprendizado. Na terceira competência, observamos que a cultura é parte fundamental de descoberta, de pertencimento de uma cultura, identidade, “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural”. (BRASIL, 2017.p.9).

A quarta competência apresenta as linguagens existentes para ser utilizadas como meio de desenvolver habilidades e conhecimento mútuo. A quinta competência, “Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva” (BRASIL, 2017, p.9). A “geração digital” que estão nas salas de aulas, devem ser estimuladas a “compreender, utilizar e criar tecnologias” (BRASIL, 2017.p.9) as competências trazem algo atualizado, que é a tecnologia nas escolas, como objetivo de desenvolver um indivíduo que tenha capacidade de criar, utilizar e disseminar informações responsáveis.

Proporcionar a possibilidade de conhecimento e saberes através de vivências e experiências, para desenvolver no indivíduo uma perspectiva profissional, é a proposta da sexta competência (BRASIL, 2017.p.9). Na sétima competência é apresentado o cuidado de si mesmo, do outro e do planeta, com argumentações em dados confiáveis. O conteúdo da oitava competência, educa as emoções e capacidade de colocar-se no lugar do próximo, “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (BRASIL, 2017, p.10).

Na nona competência, dá continuidade a oitava sobre a perspectiva das emoções, incentivando o diálogo e a empatia na resolução de conflitos, compreendendo e respeitando as diversidades. A última competência, continua a abordar o eu e o outro, com responsabilidade “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2017, p.10).

Sobre as decisões pedagógicas a BNCC (2017) orienta:

Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.(BRASIL, 2017, p. 13)

A educação integral é vista desde a constituição como formação humana, que envolve

[...] reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2017, p.14)

A BNCC (2017) refere-se à educação integral como “à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea”. (BRASIL, 2017, p.14).

A BNCC (2017) é também caracterizada como instrumento de igualdade, equidade e diversidade. Quanto a igualdade cita, “a igualdade educacional sobre a

qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza”. (BRASIL, 2017, p.15).

No que se refere à estrutura da BNCC (2017) e as competências gerais de cada etapa da Educação Básica, temos que a educação infantil, os eixos estruturantes são as interações e brincadeiras. Os seis direitos de aprendizagens: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. Que por sua vez devem considerar os campos de experiências, que são cinco: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. “Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes”, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem “parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p. 40). Nesses cinco campos de experiências são definidos os objetivos de aprendizagens e desenvolvimento de acordo com cada faixa etária.

O ensino fundamental, foco principal deste estudo, está organizado em cinco áreas do conhecimento: linguagens (língua portuguesa, artes, educação física e língua inglesa), matemática, ciências da natureza, ciências humanas (geografia e história) e ensino religioso. Quanto ao ensino fundamental nos anos iniciais:

[...] a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente. (BRASIL, 2017, p. 59)

O documento afirma que é no ensino fundamental que a língua oral e escrita é aprofundada:

[...] no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo Análise Linguística/Semiótica, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos

seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais. (BRASIL, 2017, p. 89)

No âmbito da alfabetização a Base Comum Curricular Nacional (2013) apresenta que nos primeiros dois anos de ensino fundamental, a criança deve ser alfabetizada, através de várias práticas relativas às culturas infantis tradicionais contemporâneas

Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social. (BRASIL, 2013, p. 63)

Entendendo que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica, nos anos iniciais do ensino fundamental (1º e 2º ano). Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua. (BRASIL, 2017, p. 89)

Segundo a Base, é necessário o aprendente obter o conhecimento do alfabeto (português do Brasil, seus sons e seus formatos de escrita) e mecânica de escrita; consciência fonológica (decodificação e codificação da escrita em sons) e relações grafofônicas entre os sistemas de materialização da língua. Alfabetizar para Base é mais do (de)codificar, “é trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da

língua pelo estudante” (BRASIL, 2017, p.90). Essa apropriação é possível se “conhecer as relações fono-ortográficas, isto é, as relações entre sons (fonemas) do português oral do Brasil em suas variedades e as letras (grafemas) do português brasileiro escrito” (BRASIL, 2017, p. 90).

O professor deve ter habilidades e dominar o tema de alfabetização, se o mesmo não compreender e dominar os sistemas de materialização da língua, será difícil o desenvolvimento, pois segundo a Base, a criança deve “[...] conhecer a “mecânica” ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc.” (BRASIL, 2017, p. 90).

Para construção da língua escrita, a Base apresenta uma pesquisa que mostra que as crianças precisam:

- diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos);
- desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura “incidental”, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura;
- construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão;
- perceber quais sons se deve representar na escrita e como;
- construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos;
- perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação;
- até, finalmente, compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica. (BRASIL, 2017, p.91)

A relação entre fonemas e grafemas é ponto principal a ser observado pelo professor, a criança deve dentro de seu tempo de aprendizado, desenvolver essa percepção, reconhecimento e representação dessas habilidades (símbolos, signos, letras, sons, escrita e leitura). Segundo a Base,

Esse processo básico (alfabetização) de construção do conhecimento das relações fonografêmicas em uma língua específica, que pode se dar em dois anos, é, no entanto, complementado por outro, bem mais longo, que podemos chamar de ortografização, que complementarmente o conhecimento da ortografia do português do Brasil. (BRASIL, 2017, p.91)

É interessante observar que a Base apresenta que é possível em dois anos a construção desse conhecimento (relação fonogrfêmicas) fonemas e grafemas, acrescentando outro processo chamado de ortografização, como um complemento da alfabetização, sendo esse um processo mais longo desenvolvido durante todo o ensino fundamental.

A Ortografização complementa o conhecimento da ortografia do português do Brasil, para essa complementação deve ser considerado, que “há três relações que são muito importantes: a) as relações entre a variedade de língua oral falada e a língua escrita (perspectiva sociolinguística); b) os tipos de relações fonootográficas do português do Brasil; e c) a estrutura da sílaba do português do Brasil (perspectiva fonológica)” (BRASIL, 2017, p.91)

Sobre alfabetização e ortografização podemos observar que “terão impacto nos textos em gêneros abordados nos anos iniciais”. Nesse sentido, ganha destaque o “campo da vida cotidiana, em que circulam gêneros mais familiares aos alunos, como as cantigas de roda, as receitas, as regras de jogo etc”. Do mesmo modo, “os conhecimentos e a análise linguística e multisemiótica avançarão em outros aspectos notacionais da escrita, como pontuação e acentuação e introdução das classes morfológicas de palavras” a partir do 3º ano” (BRASIL, 2017, p.93).

O cotidiano é citado como instrumento de aplicação de práticas de leitura e aprendizado, sendo importante nessa fase utilizar os meios acessíveis para promover apropriação de conhecimento.

Em resumo podemos definir as capacidades/habilidades envolvidas na alfabetização:

como sendo capacidades de (de)codificação, que envolvem:• Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação); • Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script); • Conhecer o alfabeto; • Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita; • Dominar as relações entre grafemas e fonemas; • Saber decodificar palavras e textos escritos; • Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras; • Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento) (BRASIL, 2017, p. 93)

As disciplinas de Artes, Ciências da Natureza, Educação Física e Geografia, nos anos iniciais podem ser desenvolvidas para alfabetização e letramento, segundo a Base. No componente de Artes,

Tendo em vista o compromisso de assegurar aos alunos o desenvolvimento das competências relacionadas à alfabetização e ao letramento, o componente Arte, ao possibilitar o acesso à leitura, à criação e à produção nas diversas linguagens artísticas, contribui para o desenvolvimento de habilidades relacionadas tanto à linguagem verbal quanto às linguagens não verbais. (BRASIL, 2017, p. 199).

No componente de Educação Física,

Diante do compromisso com a formação estética, sensível e ética, a Educação Física, aliada aos demais componentes curriculares, assume compromisso claro com a qualificação para a leitura, a produção e a vivência das práticas corporais. Ao mesmo tempo, pode colaborar com os processos de letramento e alfabetização dos alunos, ao criar oportunidades e contextos para ler e produzir textos que focalizem as distintas experiências e vivências nas práticas corporais tematizadas. (BRASIL, 2017, p.224).

Compreendemos a Base Comum Curricular Nacional, como Documento normativo, que reúne aprendizagens essenciais para todos, abrangendo toda etapa da Educação Básica. Assegurando o direito a aprendizagem e desenvolvimento, visando a formação integral em todos os aspectos, instrumento de igualdade e equidade. Tendo como objetivo alcançar a construção de uma sociedade “justa, democrática e inclusiva”. (BRASIL, 2017).

A Base é caracterizada pelas dez competências gerais, onde visa a formação integral do ser humano. A respeito da alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, a Base apresenta as competências e habilidades que as crianças devem desenvolver, aprender, apropriar-se, sendo alfabetizadas até o segundo ano do ensino fundamental.

A BNCC (2017) apresenta o conceito de alfabetização como um trabalho “com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito”, compreendendo “como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante” (BRASIL, 2017, p.90). Assim, a ortografização aparece como complemento da alfabetização em todo o ensino fundamental.

2.3 Plano Nacional De Alfabetização

O decreto N° 9.765, de 11 de abril de 2019, institui o Plano Nacional de Alfabetização. Em seus 14 artigos, decorre a política de alfabetização baseada em evidências, com a finalidade de melhorar a qualidade da educação no país, combatendo o analfabetismo.

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal.(BRASIL, 2019)

Considerando em seu segundo artigo:

I - alfabetização - ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão; II - analfabetismo absoluto - condição daquele que não sabe ler nem escrever; III - analfabetismo funcional - condição daquele que possui habilidades limitadas de leitura e de compreensão de texto; IV - consciência fonêmica - conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente; V - instrução fônica sistemática - ensino explícito e organizado das relações entre os grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada; VI - fluência em leitura oral - capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia; VII - literacia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva; VIII - literacia familiar - conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores; IX - literacia emergente - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização; X - numeracia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática; e XI - educação não formal - designação dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem fora dos sistemas regulares de ensino. (BRASIL, 2019)

A Política de Alfabetização nacional apresenta uma concepção de alfabetização baseada em evidências, sendo alfabetizar uma habilidade de ler, escrever e compreender com autonomia. Conceitua o que seria analfabetismo

absoluto, que não sabe ler e nem escrever, e analfabetismo funcional, como aquele que possui habilidade limitada. Apresentando literacia e numeracia como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionado, a literacia, a escrita, leitura e prática, e numeracia relacionado com matemática.

Quanto aos princípios da Política de alfabetização, no artigo três, temos: integração, cooperação, e adesão voluntária dos entes federativos, enfatizando o ensino de seis componentes essenciais para alfabetização: consciência fonêmica; instrução fônica sistemática; fluência em leitura oral; desenvolvimento de vocabulário; compreensão de textos; e produção de escrita; Ainda temos, como princípios:

V - adoção de referenciais de políticas públicas exitosas, nacionais e estrangeiras, baseadas em evidências científicas; VI - integração entre as práticas pedagógicas de linguagem, literacia e numeracia; VII - reconhecimento de que o desenvolvimento integral da criança pressupõe a inter-relação e a interdependência dos domínios físico, socioemocional, cognitivo, da linguagem, da literacia e da numeracia; VIII - aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática básica como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania; IX - igualdade de oportunidades educacionais; e X - reconhecimento da família como um dos agentes do processo de alfabetização. (BRASIL, 2019)

Os princípios são amplos, envolvendo aprendizagem de leitura e da escrita e da matemática como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e exercício pleno da cidadania, e a família como agente de processo de alfabetização.

No artigo quarto, apresenta os objetivos da Política Nacional de Alfabetização, que são:

I - elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas; II - contribuir para a consecução das Metas 5 e 9 do Plano Nacional de Educação de que trata o Anexo à [Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014](#); III - assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País; IV - impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes etapas e níveis; e V - promover o estudo, a divulgação e a aplicação do conhecimento científico sobre literacia, alfabetização e numeracia. (BRASIL, 2019)

As diretrizes das Políticas Nacionais de Alfabetização, no artigo quinto, direciona a:

I - priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental; II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil; III - integração de práticas motoras, musicalização, expressão dramática e outras formas artísticas ao desenvolvimento de habilidades fundamentais para a alfabetização; IV - participação das famílias no processo de alfabetização por meio de ações de cooperação e integração entre famílias e comunidade escolar; V - estímulo aos hábitos de leitura e escrita e à apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais, com vistas à formação de uma educação literária; VI - respeito e suporte às particularidades da alfabetização nas diferentes modalidades especializadas de educação; VII - incentivo à identificação precoce de dificuldades de aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática, inclusive dos transtornos específicos de aprendizagem; e VIII - valorização do professor da educação infantil e do professor alfabetizador. (BRASIL, 2019)

A Base Nacional Comum Curricular, cita a alfabetização nos anos iniciais, até o 2º ano do ensino fundamental, o PNA, direciona priorizar a alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental, incentivando práticas de desenvolvimento da linguagem oral e da literacia, integrando a arte com o objetivo de alfabetizar, com incentivos a leitura e valorização do professor da educação infantil.

As crianças na primeira infância; os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental; alunos da educação básica regular que apresentam níveis insatisfatórios de alfabetização; alunos da educação de jovens e adultos; jovens e adultos sem matrícula no ensino formal; e alunos das modalidades especializadas de educação. São o público-alvo da Política de Alfabetização, descrita no artigo sexto.

No artigo sétimo, é descrito os agentes que estão envolvidos com a Política Nacional de Alfabetização, que são: os professores da educação infantil; professores alfabetizadores; professores das diferentes modalidades especializadas de educação; demais professores da educação básica; gestores escolares; dirigentes de redes públicas de ensino; instituições de ensino; famílias; e organizações da sociedade civil.

Quanto a implementação, artigo oitavo, será “implementada por meio de programas ações e instrumentos que incluam” (BRASIL, 2019):

I – orientações curriculares e metas claras e objetivas para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental; II – desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos cientificamente fundamentados para a literacia emergente, a alfabetização e a numeracia, e de ações de capacitação de professores para o uso desses materiais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; III – recuperação e remediação para alunos que não tenham sido plenamente alfabetizados nos anos iniciais do ensino fundamental ou que apresentem dificuldades de aprendizagem de leitura, escrita e matemática básica; IV – promoção de práticas de literacia familiar; V – desenvolvimento de materiais didáticopedagógicos específicos para a alfabetização de jovens e adultos da educação formal e da educação não formal; VI – produção e disseminação de sínteses de evidências científicas e de boas práticas de alfabetização, de literacia e de numeracia; VII – estímulo para que as etapas de formação inicial e continuada de professores da educação infantil e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental contemplem o ensino de ciências cognitivas e suas aplicações nos processos de ensino e de aprendizagem; VIII – ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e de metodologia de ensino de língua portuguesa e matemática nos currículos de formação de professores da educação infantil e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental; IX – promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores e de livros e materiais didáticos de alfabetização e de matemática básica; X – difusão de recursos educacionais, preferencialmente com licenças autorais abertas, para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática básica; XI – incentivo à produção e à edição de livros de literatura para diferentes níveis de literacia; XII – incentivo à formação de gestores educacionais para dar suporte adequado aos professores da educação infantil, aos professores do ensino fundamental e aos alunos; e XIII – incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico. (BRASIL,2019)

A implementação depende de ações que ofereçam condições para aplicação de políticas, que vão desde orientação curricular, desenvolvimento de material didático-pedagógico, formação de professores e avaliação.

Quanto a avaliação e monitoramento da Política Nacional de Alfabetização:

Art. 9º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Nacional de Alfabetização: I - avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados; II - incentivo à difusão tempestiva de análises devolutivas de avaliações externas e

ao seu uso nos processos de ensino e de aprendizagem; III - desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização; IV - desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita; e V - incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política. (BRASIL, 2019, grifos nossos)

Destacamos o “incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política”. (BRASIL, 2019) como uma necessidade de estudo, o analfabetismo deve ser combatido e o incentivo a pesquisas na área de alfabetização é essencial para adquirirmos capacidade de aplicar estudos baseados em evidências e resultados.

No artigo dez, descreve que “Compete ao Ministério da Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes desta Política Nacional de Alfabetização” (BRASIL, 2019). No artigo onze, traz como se dará a colaboração dos entes federativos que será por meio de “adesão voluntária, na forma a ser definida em instrumentos específicos dos respectivos programas e ações do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas”. (BRASIL, 2019). No artigo doze, cita sobre a implementação, onde a União poderá “prestar assistência técnica e financeira aos entes federativos, que será definida em ato próprio de cada programa ou ação” (BRASIL, 2019). A assistência citada no artigo doze é detalhada no artigo treze.

A Política de Alfabetização Nacional descreve como deve desenvolver a alfabetização, por meio de evidências científicas. O Ministério da Educação disponibiliza, no site, formação continuada para professores, com o nome “Alfabetização no tempo certo”, onde apresenta de forma clara o ensino de seis componentes essenciais para alfabetização: consciência fonêmica; instrução fônica sistemática; fluência em leitura oral; desenvolvimento de vocabulário; compreensão de textos; e produção de escrita. Disponibilizando ainda outro curso específico para alfabetização, o curso Alfabetização Baseada na Ciência (ABC), com parceria com a Capes, com universidade do Porto, Portugal.

Em 2019, foi criada a Secretaria de Alfabetização (Sealf), cujo lema é: “Alfabetizar todos os brasileiros desde o início de sua trajetória escolar é um dos maiores desafios político-educacionais de nosso país”. E em agosto de 2019, foi lançada a primeira conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências

(Conabe), com o objetivo de dar voz à ciência e difundir sínteses de “evidências científicas e experiências exitosas, nacionais e estrangeiras, a fim de fundamentar, no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, as novas políticas públicas educacionais no Brasil” (BRASIL, 2019).

Ao analisarmos os documentos oficiais apresentados neste capítulo, observamos que é reconhecida a necessidade de melhorar a educação no país. Os documentos normatizam currículos, objetivos, com seus princípios e fundamentos constitucionais. Só que parece distante do professor e do aluno, por mais que cite a educação de forma integral, que vise o aluno como centro da aprendizagem, na prática é algo distante, talvez por estar ainda em implementação. Principalmente quanto ao conceito de alfabetização e o tempo em que deve ocorrer.

Refletindo as políticas educacionais sobre alfabetização e letramento, Pertuzatti e Dickmann (2019) analisaram os documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNs) e o Plano Nacional de Educação (PNE), citando pontos divergentes e convergentes entre as documentações, sendo:

Convergências entre os documentos são: i) a versão final da BNCC e as DCN percebem a leitura e a escrita pelo viés do aprendizado da técnica; ii) tanto as DCN, o PNE e a BNCC entendem que são necessários os três primeiros anos do Ensino Fundamental para a alfabetização; iii) a segunda e a terceira versão da BNCC convergem para a interdisciplinaridade do processo de alfabetização, mas com diferentes intensidades. Nesse sentido, a questão de alfabetizar nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, não problematiza a diversidade e a percepção de que algumas crianças aprendem mais devagar e outras mais rápido, sendo que esse regramento devia ser um indicativo e não uma lei geral, aplicável em qualquer realidade do país. (PERTUZATTI; DICKMANN, 2019)

Segundo a análise de Pertuzatti e Dickmann (2019), observamos que as normas convergem no que diz respeito a técnica de aprendizagem, a interdisciplinaridade do processo de alfabetização e principalmente na alfabetização nos três primeiros anos do ensino fundamental, que quanto ao tempo de aprendizado, seria interessante, respeitar o desenvolvimento individual da criança, não deveria ser regra e sim um indicativo. Quanto as divergências, cita:

Quanto às divergências entre os documentos, a análise ressalta: i) não há consenso sobre o conceito de alfabetização; ii) não há diálogo entre a intenção, a finalidade e a importância da alfabetização; iii) o letramento não aparece em todos os documentos e, quando aparece, não há identidade conceitual e de intencionalidade; iv) leitura e escrita aparecem com expectativas diferentes; v) a terceira versão da BNCC considera o segundo ano como tempo ideal e suficiente para a alfabetização dos estudantes. (PERTUZATTI; DICKMANN, 2019)

As divergências apresentadas mostram que as documentações que tratam sobre a alfabetização, não conversam sobre o mesmo tema, divergem mais do que convergem, sendo que essas divergências são importantes, pois afeta na prática docente. O conceito de alfabetização não é apresentado de uma forma direta e objetiva, é como se não fosse dada a devida importância, sobre isso a autora afirma:

Sobre o conceito de alfabetização, ou os elaboradores dos documentos não se preocuparam com essa questão ou, ainda, são resultado da divergência e multiplicidade teórico-políticas presente na elaboração dos documentos nacionais. O mesmo acontece com a intencionalidade, a finalidade e a importância que dão ao termo alfabetização, parecendo falar de algo distinto a partir do mesmo termo. Pode-se considerar o mesmo sobre o letramento, que não aparece em todos os documentos, possivelmente, por ser um termo mais novo, menos usual e elaborado. A leitura e a escrita também precisam ser ampliadas, possibilitando com esse aprendizado a autonomia e o protagonismo dos alfabetizandos, dentro de uma concepção crítica, de inserção na sociedade em vista da sua transformação. (PERTUZATTI; DICKMANN, 2019)

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNs, 2013, MEC) alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, onde observamos a obrigatoriedade de matrícula a partir do 6 (seis) anos de idade e ao longo dos três primeiros anos do ensino fundamental, deve ser oportunizado um ambiente alfabetizador, levando em consideração as experiências que a criança adquiriu e adquire em seu cotidiano, os cuidados que a escola deve ter para assegurar a alfabetização durante o período dos três primeiros anos, visando evitar prejuízos na aprendizagem e repetências nas séries posteriores.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, MEC) apresenta as competências e habilidades que as crianças devem desenvolver, aprender, apropriar-se, sendo alfabetizadas até o segundo ano do ensino fundamental.

Apresenta o conceito de alfabetização “é trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante” (BRASIL, 2017, p.90) ortografização, como complemento da alfabetização em todo o ensino fundamental.

O Plano Nacional de Alfabetização (PNA, 2019, MEC) apresenta de forma clara, o que se entende por alfabetização, como conjunto de habilidades de leitura, escrita e compreensão, destacando que a alfabetização deve ocorrer até o primeiro ano do ensino fundamental.

Esses documentos foram criados para melhorar a qualidade da aprendizagem, da formação e valorização do professor e da implementação das políticas educacionais pelos entes Federativos. Mas, como apontam os estudiosos, eles parecem não dialogar entre si muitas vezes, quanto ao tempo e conceito de alfabetização, provocando um distanciamento da lei e da realidade em sala de aula, causando danos a aprendizagem das crianças e na formação dos professores.

As Resoluções também apresentam convergência, no que diz respeito a formação integral do ser humano, autonomia da escola e educação como direito universal, valorização, formação inicial e continuada do professor, que será tema do próximo capítulo. Compreendemos que a educação de qualidade social, depende dos Entes Federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), Família, Escola, Professores e toda a sociedade, juntos alcançaremos o patamar de uma educação de qualidade para todos, mesmo que pareça distante, conseguiremos, se todos desenvolverem seu papel.

No próximo capítulo será apresentado como a formação docente tem impacto na educação de qualidade, como sua prática pode desenvolver conhecimento e apropriação de aprendizagem no processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental.

3 – FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO

Ao analisarmos as normas apresentadas no capítulo anterior, podemos considerar que os documentos também abrangem, a formação dos professores. Neste capítulo vamos apresentar a formação docente embasada nos documentos oficiais e conceitos contemporâneos, como também as práticas de alfabetização.

Sobre formação de professores, as DCNS (2013) afirmam:

Para se estabelecer uma educação com um padrão mínimo de qualidade, é necessário investimento com valor calculado a partir das despesas essenciais ao desenvolvimento dos processos e procedimentos formativos, que levem, gradualmente, a uma educação integral, dotada de qualidade social [...] professores qualificados com remuneração adequada e compatível com a de outros profissionais com igual nível de formação, em regime de trabalho de 40 horas em tempo integral em uma mesma escola; definição de uma relação adequada entre o número de estudantes por turma e por professor, que assegure aprendizagens relevantes; (DCNS, BRASIL, 2013, p.23)

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNs, 2013, MEC), orienta as características que o professor, na sua formação inicial ou continuada

[...] deverá estar apto para gerir as atividades didático-pedagógicas de sua competência se os cursos de formação inicial e continuada de docentes levarem em conta que, no exercício da docência, a ação do professor é permeada por dimensões não apenas técnicas, mas também políticas, éticas e estéticas, pois terão de desenvolver habilidades propedêuticas, com fundamento na ética da inovação, e de manejar conteúdos e metodologias que ampliem a visão política para a politicidade das técnicas e tecnologias, no âmbito de sua atuação cotidiana. (BRASIL, 2013, p.59)

Os que escolheram atuar na educação básica, segundo as diretrizes,

considere que os egressos dos cursos de formação de professores deverá ter a oportunidade de reconhecer o conhecimento (conceitos, teorias, habilidades, procedimentos, valores) como base para a formação integral do estudante, uma vez que esta exige a capacidade para análise, síntese, comprovação, comparação, valoração, explicação, resolução de problemas, formulação de hipóteses, elaboração, execução e avaliação de projetos, entre outras, destinadas à organização e realização das atividades de aprendizagens” (BRASIL, 2013, p.59).

As Diretrizes são diretas quanto a atuação do professor, por ser parte integrante da educação de qualidade, exige-se dos tais que tenham uma base de conhecimentos que acolham o aprendente e proporcione o desenvolvimento da aprendizagem.

As Diretrizes observando, “A perspectiva da educação como um direito e como um processo formativo contínuo e permanente [...] Exige-se do professor que ele seja capaz de articular os diferentes saberes escolares à prática social e ao desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho. Em outras palavras, a vida na escola e o trabalho do professor tornam-se cada vez mais complexos”. As exigências não deve ser menos do que se espera da educação, a norma que norteia o que as crianças devem aprender, também descreve o que o professor deve saber, desenvolver, dominar. (BRASIL, 2013, p.171)

Quando se trata de formação, as Diretrizes apresentam uma questão que deve ser discutida, que é

a função docente e a concepção de formação que deve ser adotada nos cursos de licenciatura. De um lado, há a defesa de uma concepção de formação centrada no “fazer” enfatizando a formação prática desse profissional e, de outro, há quem defenda uma concepção centrada na “formação teórica” onde é enfatizada, sobretudo, a importância da ampla formação do professor (BRASIL, 2013, p.171).

Compreendemos que a formação deve priorizar a teoria e prática, como cita a LDB, no Parágrafo único do art. 61, “preconiza a associação entre teorias e práticas ao estabelecê-la entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação, para atender às especificidades do exercício das suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2013, p.171).

A formação docente é um grande desafio, pois a educação e a formação de professores deveriam ser prioridade, como política pública de Estado,

superando, desse modo, a redução desse debate às diferentes iniciativas governamentais nem sempre convergentes. Destaque-se, por fim, que a discussão sobre a formação de professores não pode ser dissociada da valorização profissional, tanto no que diz respeito a uma remuneração mais digna, quanto à promoção da adequação e

melhoria das condições de trabalho desses profissionais (BRASIL, 2013, p.173).

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, MEC), observamos que,

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais (BRASIL, 2017, p.21).

O Plano Nacional de Alfabetização (PNA, 2019, MEC), em seu artigo 8º no inciso VIII, dá ênfase à formação do professor, na perspectiva do conceito de alfabetização apresentada no Plano, “ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e de metodologia de ensino de língua portuguesa e matemática nos currículos de formação de professores da educação infantil e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental” (BRASIL, 2019, p.53).

O MEC elaborou um curso on-line para formação de professores alfabetizadores, chamado de “CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO” No site, o MEC afirma que:

A leitura e a escrita permitem ao aluno desenvolver outras importantes habilidades, impactando positivamente toda sua vida escolar, pessoal e profissional. É preciso aproveitar a janela de oportunidades que somente o cérebro de uma criança possui, mais apto a adquirir conhecimentos. O Tempo de Aprender é o programa sobre alfabetização mais completo da história do Brasil. Destinado precipuamente às crianças da pré-escola e do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras (CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO).

O site do Mec, através da secretaria de alfabetização (Sealf) oferece cursos de formação continuada a professores, um dos cursos disponíveis é o tempo de aprender, curso no formato on-line, direcionado a professores, coordenadores pedagógicos, gestores e assistentes de alfabetização. Com carga horária de 30 horas, segundo o site:

São apresentadas estratégias de ensino e atividades destinadas ao 1º e ao 2º ano do ensino fundamental baseadas em evidências científicas e de caráter prático, voltadas à sala de aula [...] Além disso, todos os conteúdos podem servir como reforço para crianças

de idades mais avançadas, especialmente aquelas do 3º ano do ensino fundamental. (AVAMEC, CURSO TEMPO DE APRENDER)

Outro curso disponível sobre alfabetização, que também faz parte do tempo de aprender é o Alfabetização Baseada na Ciência (ABC), com 180 horas, destinado a professores alfabetizadores, com a colaboração da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Universidade de Porto, o Instituto Politécnico do Porto e a Universidade Aberta de Portugal. Tendo como objetivos:

Atualizar os conhecimentos dos professores alfabetizadores sobre as evidências científicas sobre o ensino da leitura e escrita a crianças nos primeiros anos de escolaridade no Brasil. 2. Identificar as necessidades de formação dos professores alfabetizadores relativamente ao ensino da leitura e escrita, para assim promover as práticas de alfabetização no Brasil. 3. Promover o uso de métodos de ensino de leitura e escrita eficazes e baseados nas evidências científicas. 4. Capacitar os professores alfabetizadores para o desenvolvimento de planos de ensino baseados nas mais recentes evidências científicas no ensino da leitura e escrita. 5. Disponibilizar aos professores um conjunto de recursos úteis para o ensino inicial da leitura e da escrita. (AVAMEC, ABC)

Os documentos analisados concordam no que diz respeito a valorização e formação inicial e continuada do professor, considerando o professor não só em sua responsabilidade de proporcionar o aprendizado em sala de aula, mas como um profissional que merece ser respeitado, bem remunerado e ter condições de trabalho.

As pesquisas mostram, que o analfabetismo ainda prevalece, não foi erradicado, mesmo diante de tantas normas educacionais e investimentos, nos deparamos com números alarmantes

O Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística - IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio- PNAD Contínua, apresentou os resultados do questionário anual, com informações das características básicas da educação para as crianças de 5 anos ou mais de idade, com referência ao segundo trimestre de 2019, comparando alguns resultados entre os anos de 2016 e 2018.

Em 2016 a taxa de analfabetismo na idade de 15 anos ou mais era de 7.2%, em 2018 passou para 6.8%, chegando em 2019 a 6.6%, uma redução de 0.2 ponto

percentual (p.p.) comparada a 2018. Quanto ao grau de instrução, que capta o nível educacional de cada pessoa, mostra que em 2016, pessoas de 25 anos ou mais idade sem instrução alcançava 7.8%, 2018: 6.9% e 2019: 6.4%, aumentando a porcentagem dos que concluíram ao menos a etapa do ensino básico obrigatório, 2016: 45.0%, 2018:47.4% e 2019: 48.8%.

A pesquisa afirma que o analfabetismo no Brasil está associado diretamente à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, mais analfabetos, devido a questões demográfica e possivelmente ao envelhecimento da população, um aspecto interessante de ser comentado é que a pesquisa mostra uma diminuição de acordo com a faixa etária, as gerações mais novas estão tendo mais acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda enquanto criança.

Acrescentamos outro dado importante que é o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA (Programme for International Student Assessment) de 2018, onde avalia o domínio do letramento em leitura, matemática e ciência.⁵ O PISA é o maior estudo de educação do mundo, realizado a cada três anos, onde avalia a apropriação do conhecimento e habilidades essenciais para plena participação na vida social e econômica, dos estudantes de 15 anos. O resultado apresenta que o Brasil, alcançou um desempenho médio significativamente inferior ao desempenho médio dos países da OCDE nos três domínios avaliados. O país mais bem colocado da América do Sul na categoria leitura é o Chile, em 43º do ranking geral, seguido de Uruguai e Costa Rica.

O Brasil surge na 57ª posição. Para a OCDE, os problemas de compreensão de leitura podem limitar as oportunidades das novas gerações "em um mundo digital cada vez mais volátil". São essas oportunidades, que vão passando e mais e mais, gerações sofrem sem poder ao menos, ter acesso a ela.

Soares (2004) destaca, sobre o fracasso escolar:

Anteriormente ele se revelava em avaliações internas à escola, sempre concentrado na etapa inicial do ensino fundamental, traduzindo-se em altos índices de reprovação, repetência, evasão; hoje, o fracasso revela-se em avaliações externas à escola – avaliações estaduais (como o SARESP, o SIMAVE), nacionais

⁵ Conferir em: <https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2018> e <http://portal.mec.gov.br/images/03.12.2019/Pisa-apresentacao-coletiva.pdf>

(como o SAEB, o ENEM) e até internacionais (como o PISA) –, espalha-se ao longo de todo o ensino fundamental, chegando mesmo ao ensino médio, e se traduz em altos índices de precário ou nulo desempenho em provas de leitura, denunciando grandes contingentes de alunos não alfabetizados ou semi-alfabetizados depois de quatro, seis, oito anos de escolarização. (SOARES, 2004, p.9)

Ainda segundo o resultado do PISA, 50% dos estudantes brasileiros não têm o nível básico em leitura, considerado pela OCDE como o mínimo para exercer sua plena cidadania. Esses jovens encontram-se no nível mais baixo da avaliação. Apenas 0,2% dos estudantes brasileiros atingiu o nível máximo de proficiência em leitura. De acordo com os dados apresentados, do PNAD 2019 e do PISA 2018, é óbvio que existe uma situação problema, é explícito (analfabetismo) e precisa ser esolvido, não procurando culpados, mas sim buscando verdadeiramente uma solução.

Maluf (2005), compreende que que o afeta a educação brasileira,

Entendo que o maior problema que afeta a educação brasileira é sem dúvida, o da alfabetização das nossas crianças. Enquanto esse problema não encontrar solução, nossos esforços para debelar o analfabetismo adulto estarão condenados ao fracasso, pois nossas escolas continuarão a produzir ex-alunos incapazes de ler e compreender o que lêem. (MALUF, 2005, p.56)

Como Maluf (2005) cita, a solução está na base, na alfabetização infantil, mais precisamente na educação básica, não desprezando a alfabetização de jovens e adultos, mas diante de esforços, regulamentações o fracasso escolar ainda é perceptível pelas avaliações internas e externas, são gerações que não sabem escrever, nem ler, muito menos compreender qualquer leitura.

Soares (2004, p.16) enumera o que pode causar o fracasso escolar, que inicia no conceito propriamente dito do que é alfabetizar, sendo em primeiro lugar: “a necessidade de reconhecimento da especificidade da alfabetização, entendida como processo de aquisição e apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico”. O professor deve dominar o sistema da escrita alfabética e ortográfico, quando ele se apropria desse conhecimento, conseqüentemente terá mais facilidade e segurança de desenvolver a aprendizagem me sala de aula. Em segundo lugar, Soares (2004) destaca

a importância de que a alfabetização se desenvolva num contexto de letramento – entendido este, no que se refere à etapa inicial da aprendizagem da escrita, como a participação em eventos variados de leitura e de escrita, e o consequente desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes positivas em relação a essas práticas. (SOARES, 2004, p.16).

A criança desenvolve aprendizado na busca de compreender o seu entorno, quando na sala de aula é inserido as práticas sociais, que faz parte do cotidiano da mesma, o aprendizado torne-se mais atraente e participativo. Completando o terceiro lugar,

o reconhecimento de que tanto a alfabetização quanto o letramento têm diferentes dimensões, ou facetas, a natureza de cada uma delas demanda uma metodologia diferente, de modo que a aprendizagem inicial da língua escrita exige múltiplas metodologias, algumas caracterizadas por ensino direto, explícito e sistemático – particularmente a alfabetização, em suas diferentes facetas – outras caracterizadas por ensino incidental, indireto e subordinado a possibilidades e motivações das crianças” (SOARES, 2004, p.16).

É o domínio das diferentes metodologias e conhecimento dos sistemas de escrita, ortográficos e fonemas, que fará diferença no aprendizado. Em quarto lugar, “a necessidade de rever e reformular a formação dos professores das séries iniciais do ensino fundamental, de modo a torná-los capazes de enfrentar o grave e reiterado fracasso escolar na aprendizagem inicial da língua escrita nas escolas brasileiras” (SOARES, 2004, p.16).

Sobre práticas de alfabetização na perspectiva metalinguística, “A alfabetização é a aprendizagem da linguagem escrita e ler e escrever são atos linguísticos” (MALUF, 2005, p.56). Aprendizagem da linguagem escrita, decodificação de códigos. Para Soares (2004), a alfabetização é entendida como processo de aquisição e apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico.

podemos afirmar que o ensino mais bem sucedido, em se tratando da alfabetização, parece ser o ensino sistemático e explícito da decodificação, ou seja, das relações entre as letras e os fonemas. Quando a criança aprende as relações que caracterizam o código de sua língua, ela está apta a ler e a escrever. (MALUF, 2005, p.61)

Maluff (2005), sobre aprender ler e escrever, cita:

Entende-se que os sistemas alfabéticos de escrita devem ser aprendidos na perspectiva da união entre a escrita e a fala. Tudo o que é falado pode ser escrito. No sistema alfabético de escrita utilizamos grafemas (letras) que representam fonemas (sons). Assim, ler exige a habilidade de transformar grafemas em fonemas, assim como escrever exige a habilidade de transformar fonemas em grafemas. (MALUF, 2005, p.61)

Para Kramer (2019) é importante que os professores conheçam que o processo de leitura/escrita, acontece fundamentalmente a construção/ atribuição de significados nessa construção que se coloca a apropriação dos mecanismos das convenções ortográficas.

Nessa visão, Kramer (2019) apresenta os dilemas das práticas de alfabetização:

No caso da alfabetização, porém, não basta dominar o conteúdo (saber ler e escrever) e ter uma razoável noção de princípios metodológicos gerais que se precisa considerar no ensino da leitura/escrita. É preciso levar em conta, ainda, aspectos bastante específicos que dizem respeito à natureza do processo de alfabetização, aspectos que têm sido também polemizados. (KRAMER, 2019, p. 243)

A autora cita sobre o dia a dia do professor, o que tem feito em sala de aula para tornar possível a alfabetização, de maneira rica, dinâmica, com compreensão e, simultaneamente, com interiorização dos mecanismos básicos:

Uma perspectiva pedagógica da alfabetização pode ser valiosa no que se refere à construção de uma teoria geral da alfabetização, por dois processos. Em primeiro lugar, uma perspectiva pedagógica pode desempenhar o papel de figura de interseção entre estudos que se voltam para facetas diversas da alfabetização. Simultaneamente, tenderá a aproximar nossas descobertas, pesquisas e estudos sobre a educação das classes populares do cotidiano da escola pública e, conseqüentemente, tenderá a reduzir a enorme distância hoje existente entre o aprimoramento daquilo que sabemos sobre o ensino da leitura e da escrita, e os problemas e dificuldades concretas encontrados nesse ensino por professores, crianças e especialistas. (KRAMER, 2019, p. 245)

Sobre o professor, Kramer (KRAMER, 2019, p. 247) cita “O compromisso profissional do professor costura os seus procedimentos em sala de aula, dá o tom do cotidiano sem precisar proclamá-lo a cada momento. Esse compromisso

manifesta-se junto com seu trabalho diário, imbrica-se à sua competência técnica”. O comprometimento do profissional é percebido nas práticas em sala de aula e na busca de conhecimento, compromisso com sua formação continuada.

As fragmentações de políticas educacionais provocam um abismo, separando o aprimoramento das práticas docentes e o aprendente. Francioli (2010, 143) cita que “um trabalho que está submetido à fragmentação, à hierarquização, à desqualificação e, conseqüentemente, à alienação” se evidenciava “a partir do momento em que o pensamento intelectual do professor vai sendo eliminado progressivamente e sendo substituído pela execução repetitiva das funções e pela engrenagem do sistema”.

São essas fragmentações e descontinuidades, formações com poucas bases teóricas, de formas de seminários e palestras, que não desenvolvem aprimoramento e sim alienação. E que, nesse “processo de fragmentação o professor torna-se um especialista da disciplina que leciona e não estabelece relações ou mediações com a realidade social nem com as demais disciplinas” (FRANCIOLI, 2010, p. 143).

Para a autora a falta de criticidade do docente é prejudicial para sua atuação e conseqüentemente para o aprendente.

Nesse caso, a alienação do trabalhador perante o processo gerará também a alienação no que se refere ao produto, no caso, à formação do indivíduo educando. Assim, se o trabalho educativo se reduzir, para o educador, a um simples meio para a reprodução de sua existência, para a reprodução de sua cotidianidade alienada, esse trabalho não poderá se efetivar enquanto mediação consciente entre o cotidiano do aluno e a atuação desse aluno nas esferas não cotidianas da atividade social. A atividade educativa se transformará, também ela, numa cotidianidade alienada, que se relacionará alienadamente com a reprodução da prática social. (FRANCIOLI, 2010, p. 144)

Ainda segundo ela, é muito importante considerar as condições de realização do trabalho do professor:

Em decorrência dessas condições de trabalho estabelece-se uma relação de alheamento entre a atividade do professor e sua individualidade, criando-se grandes obstáculos ao desenvolvimento de sua análise crítica tanto da prática pedagógica quanto das concepções nas quais se apoia para realizar essa prática no dia a dia escolar. Em outras palavras, dificilmente sua prática e o

pensamento que a acompanha elevam-se acima da espontaneidade própria da rotina cotidiana. (FRANCIOLI, 2010, p.145)

O docente não deve ser alheio a sua atuação e nem a sua individualidade, por conta de um sistema fragmentado, devendo ser crítico e atuante nas concepções, evitando prejuízo em sua atuação e no aprendizado do aprendente. Francioli (2010, p.158) afirma “a educação escolar deve desempenhar o papel social que lhe cabe, ou seja, ensinar, por meio dos conteúdos, o conhecimento científico, possibilitando que os alunos desenvolvam autonomia para compreender e transformar sua prática social”.

Os documentos oficiais, apresentam a formação docente como necessidade, prioridade, norteando sua atuação no que diz respeito a alfabetização. A pesquisa do PNAD 2019 mostra que as crianças estão tendo mais acesso à educação, isso é uma conquista, sendo uma grande oportunidade de alfabetizar e acolher essas crianças com subsídios necessários para propiciar o aprendizado de forma integral e humanizada.

Ao professor, exige que o mesmo domine os sistemas da escrita, ortográficos e fonemas. Esse domínio permite segurança nas práticas no cotidiano escolar. Visando sua atuação com autonomia, criticidade e compromisso, ciente que está diante de um ser humano em formação, o qual deve ser oportunizado um ambiente que proporcione o desenvolvimento integral e aprendizagem.

O compromisso profissional deve ser o norteador de sua busca de conhecimento e formação, atualizando suas práticas e desenvolvendo suas aprendizagens, afim de não só ter diplomas e certificados, mas capacidade intelectual de exercer seu papel de formador, mediador, que impulsiona os aprendentes a adquirir conhecimento.

Professores são geradores de memórias, que exalam momentos de aprendizados e de conquistas, sendo o facilitador, incentivador, motivador, que instiga o conhecimento. O papel ativo do professor, possibilita a mediação do aprendizado, busca conhecer o aluno e desenvolver suas habilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi desenvolvido na perspectiva de desenvolver um arcabouço bibliográfico, com intuito de fundamentar nossas práticas de alfabetização em teorias, conceitos e na legislação educacional Brasileira, objetivando melhorar a qualidade da prática docente. Compreendendo a atuação docente como precursor de uma educação de qualidade, e como tal deve estar à altura do que determina a lei, cumprindo seu papel de grande relevância na educação.

Na apresentação das teorias, podemos observar como o processo cognitivo permite compreender como a criança desenvolve seu aprendizado, através de Piaget, compreendemos que o crescimento cognitivo da criança se dá através de assimilação e acomodação, gerando o desenvolvimento. Vygotsky por sua vez, foi pioneiro no conceito de que o desenvolvimento intelectual tinha relação com interação social, para ele, a interação e a cultura são parte integrante da construção da consciência, através desses estímulos e convivência a criança desenvolve sua percepção de mundo e conhecimento. Na metodologia de Paulo Freire, podemos descrever a importância de considerarmos o indivíduo como portador de conhecimento adquirido em toda a vida, como sujeito ativo, capaz de perceber, analisar e pensar, e o professor como mediador dessa relação, não como detentor do conhecimento, mas como companheiro de aprendizado.

As teorias mostram um professor que facilita o desenvolvimento do aluno, não como detentor do conhecimento, desprezando a possibilidade do aprendente ter conhecimento, mas como alguém que usa o conhecimento para proporcionar aprendizado.

As legislações apresentadas são avanços históricos que a educação proporciona a nação Brasileira, especificando a educação como direito universal. Sendo dever do Estado, dever família e apoio da sociedade, visando a formação humana integral, como indivíduos detentores de direitos e deveres.

Concluimos esse capítulo, afirmando que o docente deve diante do que foi apresentado, acreditar em suas concepções, atuar com responsabilidade, autonomia e criticidade, visando alcançar os objetivos educacionais de sua atuação, como a alfabetização. Sendo prudente consigo mesmo, ciente que sua atuação afetará não só a si mesmo, como também o futuro de muitas crianças, prezando pela sua

formação continuada, desenvolvendo estudos e observações no ambiente escolar, agindo e reagindo diante das necessidades da categoria e do aprendizado.

Durante o percurso dessa pesquisa, compreendemos que poderia ser melhor desenvolvido, o tema é amplo, riquíssimo que abrange os conhecimentos pedagógicos, leis que regulamentam a educação, em todos os níveis, e a formação docente que deve ser mais embasado e desenvolvido.

O professor é um ser que não cessa de ser aluno, pesquisador, desbravador de aprendizagens. É aquele que é capaz do pouco tornar muito, que em uma sala quente, com ventiladores quebrados, alunos exaustos por causa do calor, faz com que seus alunos não sejam prejudicados pela ausência de um ambiente de qualidade e materiais adequados.

A todos os mestres, nosso respeito e gratidão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf Acesso em: 27 maio 2021.
- BRASIL, Ministério da Educação. Sealf/Secretaria de Alfabetização. **Formação Continuada em Práticas de Alfabetização**. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/sealf/curso/5401/informacoes> Acesso em: 27 maio 2021.
- BRASIL. Decreto-lei nº9.765, de 11 de Abril de 2019. **Institui a Política Nacional de Alfabetização**. Diário Oficial da União: seção 1, Edição: 70-A – Extra. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9-765-de-11-de-abrilde-2019-71137431>
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_205_a_sp Acesso em: 26 maio de 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Pisa 2018: Análises e Reflexões Sobre o Desempenho dos Estudantes Brasileiros**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/03.12.2019_Pisaapresentacaocoletiva.pdf
- COELHO, Luana; PISONI, Silene. **Vygotsky: sua teoria e a influência na educação**. Rio Grande do Sul, Centro Universitário Cenecista de Osório. Osório, Revista e-Ped- FACOS/CNEC, Vol. 2 - Nº 1 – AGO/2012. UNICENEC. Disponível em: http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/eped/agosto_2012/pdf/vygotsky_sua_teorie_a_influencia_na_educacao.pdf Acesso em: 26 maio 2021.
- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Currículos e Educação Integral**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1_3448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192
- DREYER, Loiva – FAP. **Alfabetização: O Olhar de Paulo Freire**. X Congresso de Educação, EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2011.

Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/5217_2780.pdf Acesso em: 27 maio 2021.

FERREIRA, Juliana Battistus Mateus. **O Despertar da Consciência Crítica na alfabetização de Crianças com o método Paulo Freire.** Universidade Federal da Paraíba. *Revista Temas em Educação*; Vol. 26, Ed. 2, João Pessoa, 2017.

Disponível em:

<https://www.proquest.com/docview/2344217162?pqorigsite=gscholar&fromopenview=true> Acesso em: 26 maio 2021.

Freire, Paulo, 1921 – **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam / Paulo Freire. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2019. Educação. IBGE, 2019. Acesso em: 25 maio de 21 Disponível em:

[.https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf)

KRAMER, Sonia (org). **Alfabetização: dilemas da prática.** Rio de Janeiro, Dois Pontos Ed., 1986. *Revista Brasileira de Alfabetização - ABAIf* | Belo Horizonte, MG | v. 1 | n. 9| jan./jun. 2019. 340-Texto do Artigo-679-1-10-20200324.pdf

Maluf, Maria Regina. **Ciência da Leitura e Alfabetização Infantil:** Um enfoque metalingüístico. *Boletim Academia Paulista de Psicologia* [en linea]. 2005, XXV(2), 55- 62[fecha de Consulta 27 de Mayo de 2021]. ISSN: 1415-711X. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=94625210>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4ª ed. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historiaii/china-eindia Acesso em: 25 maio 2021.

MARTINS, LM., and DUARTE, N., orgs. **Formação de professores:** limites contemporâneos e alternativas necessárias [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191 p. ISBN 978-85-7983-103-4. Available from SciELO Books. <http://books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/martins-9788579831034-09.pdf>

MPPR. Ministério Público do Estado do Paraná .CAOPCAE/MPPR - Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente e da Educação do Ministério Público do Estado do Paraná. Disponível em:

https://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/dwnld/analfabetismo/dados_estatisticos/populacao_analfabeta_por_municipio_brasil.pdf Acesso: 25 maio 2021.

OECD, Better polices for Better Lives. PISA 2018: Disponível em:

<https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2018> Acesso: 25 maio 2021.

OSTERMANN, Fernanda; CAVALCANTI, Cláudio José de Holanda. **Teorias de Aprendizagem**/ Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Evangraf; UFRGS, 2011. Disponível em:http://www.ufrgs.br/sead/servicosead/publicacoes-1/pdf/Teorias_de_Aprendizagem.pdf Acesso: 25 maio 2021.

PERTUZATT, Ieda; Dickmann, Ivo. **Alfabetização e letramento nas políticas públicas**: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/GGNmqXFDsbhqb565F5Vbmx/?lang=pt#>

SAVIANE, Damerval. **Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação**. SciELO - Scientific Electronic Library Onlin. Out 2008. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462008000200002
Acesso em:27 maio 2021.

Secretaria de Alfabetização. **PNA** Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização. – Brasília : MEC, SEALF, 2019. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf

SILVA, Edvânia dos Santos; SANTOS, Stefanny Alves dos; JESUS, Vanessa Matias de. **O Desenvolvimento Cognitivo Infantil sob a ótica de Jean Piaget**. Sergipe, Faculdade São Luís de França. Grupo Tiradentes, Aracajú, 2016. Disponível em:<https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc9-6.pdf> Acesso: 25 maio 2021.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>

TEODORO, Davi. Canal do Prof Davi Teodoro, professor de Matemática e **disciplinas Pedagógicas da Educação Básica**, Graduação e Pós-Graduação, Cursos Preparatórios e Pré-Vestibulares. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Zx95mCRwmOM> Acesso: 26 maio 2021.